



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Resposta à saudação do Governador Otávio Mangabeira, em Barreiras, Bahia, quando da visita ao Vale do Rio São Francisco.

— 13 de junho —

SENHOR Governador Otávio Mangabeira, Senhor Bispo de Barra, Senhor Prefeito, Meus Senhores :
— Volto ao Vale do São Francisco para retomar contato com os seus problemas e as aspirações dos brasileiros que o habitam em cinco Estados. Desejo, dessa maneira, melhor habilitar-me para dar cumprimento, em colaboração com o Congresso Nacional e na parte que cabe ao Executivo, à disposição constitucional que manda a União promover o aproveitamento total das suas possibilidades econômicas. Aqui estive, por duas vezes, durante a última guerra, quando as hostilidades trázidas ao nosso litoral interrompiam ou dificultavam o transporte marítimo, reduzindo-nos de fato à condição de arquipélago e comprometendo as medidas de defesa da costa do Nordeste. Senti então, em tôda a sua agudeza, a necessidade e a urgência de restabelecer o grande Rio no seu histórico papel de via de comunicação e de traço de união entre o Norte e o Sul. A revivescência daquela nossa fronteira marítima, que corresponde a dados atuais, aconselha não esquecer a lição, já antevista pelos que, muito antes de nós, levaram a ponta das nossas ferrovias aos extremos navegáveis de Pirapora e Petrolina-Juazeiro. A orientação dos caminhos terrestres que aí vão ter, embora incompletos, mostra que o São Francisco é um elo do sistema de comunicações, que deve ser cuidado em todos os seus elementos componentes. Isso seria

uma exigência da defesa e da unidade nacionais, se já não o fôsse dos interesses da população ribeirinha, no justificado anseio de quebrar o isolamento em que vivem os seus núcleos, entre si e em relação ao resto do País.

Já observara Teodoro Sampaio que essa população “vive alheia às leis econômicas. Produz apenas o preciso para viver. Não importa porque não produz para trocar, nem troca ou permuta porque não tem mercado onde fazê-lo”. Êsses conceitos, cuja validade persiste, indicam seguro roteiro para os trabalhos, a que a previdência e a sabedoria dos constituintes de 1946 possibilitaram recursos e continuidade. Não se visa ao estabelecimento de atividades autárquicas ou inviáveis, mas ao de condições que permitam o desenvolvimento da economia regional e o intercâmbio de mercadorias, no seu seio, com as regiões vizinhas e o País inteiro. Também não se trata de trazer um adjutório, de que os habitantes dêste Vale passem a depender. Faltaríamos, assim, ao respeito que lhes é devido, sem servir aos seus interesses, nem aos da economia brasileira. As inversões que se fizerem deverão objetivar sempre a criação, para a sua gente, de trabalho remunerador, de caráter permanente e normal. Do esforço com que ela se dispuser a superar as condições atuais — assimilando novas técnicas de trabalho e traduzindo, nas suas relações sociais, as decorrências inevitáveis e desejáveis de uma economia mais complexa e diferenciada — dependerá o surgimento, às margens do São Francisco e dos seus afluentes, de um estádio novo de civilização.

Não nos iludamos com as dificuldades do trabalho a emprender. É a primeira tentativa, no nosso País, de planejamento regional. Podemos, para isso, beneficiar-nos com a experiência acumulada nas obras contra as sêcas e

com o corpo de doutrina que se vem criando em iniciativas estrangeiras como a do Vale do Tennessee. Por sua vez, brasileiros e estrangeiros eminentes — homens de Estado, publicistas, grandes engenheiros — voltaram-se para as questões do São Francisco, a êle dedicando um pensamento por vêzes original.

Não haveria sentido em se refazer o caminho que já percorreram: o País muito teria a lucrar se tomássemos o estudo e os trabalhos, visando à solução dos seus problemas, ali onde os deixaram os que vieram antes, enriquecido o nosso conhecimento com os seus acertos e com os erros que o tempo e a experiência hajam revelado. A maior dificuldade, em empreendimentos como o da recuperação econômica dêste Vale, não está em projetar determinadas obras e serviços — o que já é dificuldade grande — mas em discriminar, entre êsses, os de mais funda e imediata repercussão na sua vida econômica e social, e realizá-los na seqüência determinada pelo resultado global que se tem em vista. Nenhuma obra deve ser feita sem que dela se tenha exato conhecimento, condicionado o seu início à existência dos recursos humanos, técnicos e financeiros para a sua realização contínua e terminação em prazo prefixado. Trabalhos como o que nos traz aqui desafiam a energia e a inteligência de gerações, e felizes seremos se, chegando a conclusões corretas e tomando decisões acertadas, nos fôr dado imprimir-lhes o impulso inicial.

Não se trata de regatear recursos, mas de aplicá-los eficientemente. Creio, com êsse intento, bem interpretar os propósitos do Congresso e contar com o seu apoio, na intransigente poupança dos dinheiros públicos, não para o Erário, mas em benefício das populações cujo futuro se procura assegurar. O vulto e a complexidade do que se tem a

fazer é um desafio à nossa capacidade de trabalho coordenado, pondo à prova a administração federal e o espírito de cooperação dos diferentes departamentos que intervirão na sua execução. Que se advirta, porém, que os terraços dos Ministérios, no Rio de Janeiro, não oferecem perspectiva bastante para se abarcar este Vale imenso; nem será apenas pelo despacho aplicado de processos, nos *bureaux* que enchem as suas salas, que lhes enfrentaremos os problemas. Esta tarefa exige funcionários com o gosto da grande responsabilidade que assumirão e o amor da sua terra e da sua gente, dispondo-se a lutar contra os fatores adversos da natureza onde eles se manifestam e lhes sofrendo as agruras. Também é indispensável a colaboração dos Estados — Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe — e dos Municípios desta região. Estes contarão, a partir do próximo ano, com novos recursos concedidos pela Constituição, podendo, deste modo, trazer a sua contribuição para a melhoria do ambiente em que vivem as suas populações. Não será, de certo, a menor virtude do grande empreendimento que conjugará esses esforços o maior estreitamento dos laços federativos e o aperfeiçoamento das formas de cooperação entre as diversas unidades de govêrno.

Sou profundamente grato às palavras generosas dos que me saudaram e ao acolhimento que me dispensam os baianos. Do Senhor Bispo de Barra, com o meu reconhecimento, espero a indispensável cooperação, resultante da sua ação de brasileiro e da sua autoridade como orientador de forças espirituais.

As palavras de Vossa Excelência, Senhor Governador, são daquelas que concorrem para o revigoração da confiança pública. E o nosso Povo precisa de confiar, sobretudo em si mesmo, pois é ele próprio o maior artífice do seu

destino. Aqui neste Vale, a sua realização está entregue aos descendentes daqueles pioneiros que, pelo São Francisco, fizeram o bandeirismo da unidade nacional, como os paulistas faziam o da expansão. O seu carácter enérgico e o seu amor ao trabalho são penhor seguro do sucesso final. Saúdo aos baianos, na pessoa do seu eminente Governador, assegurando-lhes o apoio do Governo da União, nesse terreno e nos outros em que se manifestem as suas necessidades.

E a todos os habitantes da bacia do São Francisco dirijo o meu apêlo de cooperação em favor da mais brasileira das causas — dívida de tantos anos — que haveremos de resgatar, com a ajuda de Deus, fazendo com que o Vale esquecido e o Rio abandonado se transformem em lar farto dos que o fecundam com o seu esforço.